



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL  
LATINO-AMERICANA**

**O TRÂNSITO DE “MUAMBAS” NA REGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU E CIUDAD DEL  
ESTE: DESAFIOS E VIVÊNCIAS A PARTIR DA ÓTICA DAS TRABALHADORAS  
FRONTEIRIÇAS.**

**VICTÓRIA BUDEL DA VALLE**

Foz do Iguaçu  
2023

**O TRÂNSITO DE “MUAMBAS” NA REGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU E CIUDAD DEL  
ESTE: DESAFIOS E VIVÊNCIAS A PARTIR DA ÓTICA DAS TRABALHADORAS  
FRONTEIRIÇAS.**

**VICTÓRIA BUDEL DA VALLE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Lorena Rodrigues Tavares de Freitas

Foz do Iguaçu

2023

VICTÓRIA BUDEL DA VALLE

**TÍTULO DO TRABALHO: O TRÂNSITO DE “MUAMBAS” NA REGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU E CIUDAD DEL ESTE: DESAFIOS E VIVÊNCIAS A PARTIR DA ÓTICA DAS TRABALHADORAS FRONTEIRIÇAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Lorena Rodrigues Tavares de Freitas  
UNILA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Rita Uhle  
UNILA

---

Prof. Dr. Waldemir Rosa  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): VICTÓRIA BUDEL DA VALLE

Curso: Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho às minhas mães, Adelaide e Márcia e ao meu companheiro Leandro. Além disso, dedico a todas as trabalhadoras que se sentirem representadas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a Professora Lorena por aceitar me orientar, por toda sua paciência tanto em respeito ao meu tempo de aprendizagem, quanto a sua paciência com o cotidiano de uma estudante e trabalhadora. Para além disso, agradeço por seu trabalho como educadora que entregou mais do que pode se ver nesse documento finalizado, a minha permanência para continuá-lo e fazer o meu melhor, tendo muita humanidade na forma de orientar esse trabalho. Obrigada a professora Lorena por todo seu esforço em me ajudar com a escrita, o entendimento da leitura textual e do campo, ela foi essencial para a entrega do meu trabalho de conclusão de curso.

Agradeço muito às minhas mães Adelaide e a Márcia, por tanto apoio durante toda a graduação, seja financeiro, emocional, psicológico, em todos os âmbitos da vida são as pessoas que estão disponíveis sempre para me socorrer e esse título é uma vitória e um desejo coletivo nosso. E por fim meu companheiro Leandro, pela paciência no dia a dia, por compartilhar e amenizar, como pode, essa rotina desgastante e cansativa do trabalho excessivo adjunto da faculdade.

*“ A palavra é entendida, aqui, como palavra e ação: não é o termo que assinala arbitrariamente um pensamento que, por sua vez, discorre separado da existência. É significação produzida pela práxis, palavra cuja discursividade flui da historicidade – palavra viva e dinâmica, não categoria inerte, exânime. Palavra que diz e transforma o mundo.”*

**(Paulo Freire)**



## RESUMO

O objetivo desse trabalho é descrever um pouco das realidades vividas por duas mulheres no trânsito de “muamba” de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, destacando seus desafios para lidar com os riscos que o trabalho que executam implica. A partir das informações obtidas por meio de duas entrevistas semiestruturadas com essas trabalhadoras da “muamba”, tenciono documentar outro olhar sobre essa profissão tão estigmatizada, analisando os processos de violências aos quais essas mulheres estão submetidas pela perspectiva da teoria da precariedade e do feminismo decolonial, buscando realizar uma análise interseccional entre gênero, classe e raça.

**Palavras-chave:** muamba; gênero; fronteira; precariedade; colonialidade.

## RESUMEN

El objetivo de este trabajo es describir un poco de las realidades vividas por dos mujeres en el tráfico de “muamba” en Foz do Iguaçu y Ciudad del Este, destacando sus desafíos para lidiar con los riesgos que implica el trabajo que realizan. A partir de la información obtenida a través de dos entrevistas semiestructuradas con estas trabajadoras de la “muamba”, pretendo documentar otra mirada a esta profesión altamente estigmatizada, analizando los procesos de violencia a los que son sometidas estas mujeres desde la perspectiva de la teoría de la precariedad y feminismo decolonial, buscando realizar un análisis interseccional entre género, clase y raza.

**Palabras clave:** muamba; género; frontera; precariedad; colonialidad.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2.</b>	<b>ASPECTOS DAS FRONTEIRAS</b>	<b>14</b>
<b>3.</b>	<b>CONCEITOS PRINCIPAIS</b>	<b>21</b>
<b>4.</b>	<b>A PESQUISA</b>	<b>30</b>
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>40</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem o objetivo de registrar um cotidiano pouco assistido, mas muito popular na região da tríplice fronteira, o da "muamba" <sup>1</sup>, trabalho característico da região de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, que é responsável por abastecer o restante do Brasil com produtos desde eletrônicos, até cosméticos ou brinquedos.

Desde os anos 1980, as pessoas que trabalham com muamba representam quantidades expressivas da população de Foz, devido à baixa no preço do dólar, que permite maior lucro. Em todos os ciclos sociais existiam pessoas realizando algum tipo de trabalho relacionado à muamba. Por exemplo, uma das nossas duas entrevistadas, Jeni, em sua longa experiência como trabalhadora da muamba, conta como na época que começou, no ano de 1990, a quantidade de gente realizando esse tipo de trabalho era bem maior que hoje. Mas, infelizmente, dados quantitativos sobre as pessoas que trabalham com o trânsito de muamba na nossa região são quase inexistentes, pois o foco dos dados na área da muamba no geral é sobre as apreensões da polícia, falando sobre toneladas de drogas, ou sobre as quantidades enormes de mercadorias que podem ser levadas para todo o Brasil. Essa população da muamba também não é contada totalmente pelo IBGE, já que é um local que recebe diversas formas de migração, ficando difícil identificá-las. Então, muitas das percepções como uma grande quantidade de muambeiras entre a população, é algo apenas da memória dos que em Foz do Iguaçu viviam.

Até hoje a mentalidade compartilhada pelas pessoas dessa região nos anos 90, pouco se alterou. Essas duas cidades compartilham características que compõem a mentalidade do mundo da muamba. Por serem cidades de interior, com pouco acesso à cultura, à educação e tendo o acesso massivo à internet há menos de 20 anos, as opções de referências para construção de cidades diversas ainda são escassas por aqui e a valorização de antigas tradições que tem como base o machismo, classismo e racismo, são quase invioláveis nesse contexto que será retratado. Essas cidades que agora convivem com mudanças sociais importantes e

---

<sup>1</sup> Muamba é uma palavra que vem do Quimbundo muhamba, língua africana falada no noroeste da Angola, incluindo em Luanda, a princípio significava "cesto comprido para carregar mercadorias em viagens" e também se tornou uma gíria para produtos e mercadorias contrabandeadas. Hoje o local de referência quando pensamos em contrabando é o Paraguai em suas fronteiras com o Brasil, a de Foz do Iguaçu e a com a cidade de Guaíra.

que tendem a contradizê-las, como é o caso da inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho de serviços domésticos, e mesmo do grande número de mulheres que atuam no trânsito da muamba, uma realidade que em muitos casos deve ser vivida sem outra opção. A questão é que todas essas tradições alicerçadas em visões de mundo racistas, machistas e classistas têm um peso muito grande nas vontades dessas populações e refletem diretamente nas violências, decisões e maneiras de viver que nossas entrevistadas - e muitas outras pessoas afetadas - têm por aqui. Este trabalho não tem a intenção de se voltar contra as tradições regionais, mas sim se posicionar em relação aos efeitos negativos que elas causaram e causam na vida de muitos moradores e, principalmente, moradoras, quando trazem consigo visões de mundo discriminatórias.

Dito isso, vamos compor nosso trabalho pela observação do espaço e da condição das mulheres ali inseridas, claro que não irá nos caber falar por todas, mas traremos duas perspectivas que têm proximidades, ainda que sejam contadas e vividas de maneira diferente. Uma é da Jeni, 54 anos, “freteira” e trabalhadora da muamba há mais de 25 anos. A função de freteira que a Jeni ocupa atualmente é aquela responsável pela organização da logística das mercadorias desde que saem do Paraguai até seu revendedor. Jeni é nascida e criada na região de Foz do Iguaçu. A outra perspectiva é da Dayane, 27 anos, muambeira<sup>2</sup>, que cuida de todo o processo de sua mercadoria, desde a logística até a compra e venda. Dayane é nascida e criada em Barueri-SP e recém chegada no universo da muamba, tendo começado em 2021. Esse trabalho será escrito por outra mulher que compartilha as mesmas condições de trabalho com as entrevistadas, nascida aqui nesta cidade e criada metade da vida na cidade de São Paulo e outra parte em Foz do Iguaçu. De fato esse trabalho não se propõe a achar a solução para os problemas enfrentados por essas trabalhadoras, mas oferece um registro dessas realidades, como um documento que visa trazer outra perspectiva sem ser aquela estereotipada que sempre é contada pelos jornais, tentaremos ter um olhar fiel às singularidades que compõem as vidas dessas personalidades que serão apresentadas, mas sempre temos que levar em conta que nenhum trabalho é a verdade absoluta sobre algo, muito menos consegue trazer a totalidade de qualquer fato.

---

<sup>2</sup> Neste trabalho iremos priorizar usar pronomes femininos quando nos referirmos ao contexto de trabalho da muamba, Não significa que não há homens partilhando algumas condições que serão citadas, mas ao referir a todas as pessoas envolvidas nesse trabalho sempre no gênero feminino temos o objetivo de trazer protagonismo para essas vivências e histórias femininas.

Essa é uma pesquisa qualitativa, feita por meio de coleta de dados obtida a partir de entrevistas semiestruturadas. Leonardo Dicker (2009), afirma que: a pesquisa qualitativa tem o objetivo de compreender valores, fenômenos, através da observação de realidades sociais. Ele nos diz que em uma pesquisa qualitativa são necessários os seguintes eixos: número pequeno de casos participantes, deve ser pensando em uma análise subjetiva dos fatos coletados, as entrevistas devem ter como objetivo compreender “motivações ou valores”, com uma pressuposição de uma realidade baseada em fenômenos sociais, o pesquisador é visto como participante do fenômeno e os resultados obtidos devem ser apresentados sem generalização.

Para Augusto Triviños, em Introdução à pesquisa em ciências sociais, a antropologia e seus pesquisadores perceberam que “muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo.” (1987, p.120). Então Augusto continua nos explicando que a pesquisa qualitativa é de extrema utilidade para a antropologia pois:

Sua tarefa não é simples, porque não existe nada mais complexo que desvendar os propósitos ocultos ou manifestos dos comportamentos dos indivíduos e das funções das instituições de determinada realidade cultural e social. A validade de suas conquistas reside precisamente na exatidão com que realiza a busca de significados que condutas e organismos têm para os indivíduos que são afetados direta ou indiretamente, clara ou obscuramente, em suas decisões e em suas vidas. (TRIVIÑOS, 1987, p.124)

As entrevistas realizadas com Jeni e Dayane foram organizadas a partir de um roteiro com algumas questões norteadoras, que são estruturadas assim: suas apresentações pessoais, quem são, quantos anos têm, qual sua profissão, quanto tempo trabalha nessa função, e por fim, suas rotinas. Depois pergunto suas percepções sobre o cenário que vivem em seus trabalhos, para perceber como o leem e como se enxergam nele. Pergunto sobre as disposições de tempo que gastam em trabalho e as considerações sobre os ganhos. Pergunto sobre as condições de trabalho e sobre as estruturas básicas e a falta delas no dia a dia. Essas questões não eram perguntas objetivas, eram tópicos para nortear a memória e experiências delas. Não terão, durante o trabalho, todas as respostas de maneira pontual como foram respondidas, mas as vivências e experiências serão transcritas e apresentadas de forma que se integrem com os conceitos.

Este trabalho será dividido em três capítulos, no primeiro será apresentado o ambiente físico onde ocorre nossa pesquisa, a fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, as características dessas cidades, como se constroem esses ambientes de forma burocrática, tendo em vista os trâmites necessários para passar pelas polícias federais e sua forma cotidiana. No capítulo seguinte, irei tratar sobre os conceitos teóricos que possibilitam compreender as dinâmicas que influenciam esse lugar e essas pessoas, tendo como principal suporte teórico a filósofa norte americana Judith Butler e a filósofa argentina Maria Lugones. No terceiro capítulo falaremos mais sobre a pesquisa de campo, atrelando as teorias ao empirismo, de modo a realizar um diálogo entre as teorias e as vivências da Dayane e da Jeni. Por fim, realizei algumas considerações finais sobre todos esses caminhos entre o ambiente, a teoria e as entrevistas que compõem esse trabalho.

Teremos essas experiências como uma pequena dimensão de como hoje ainda se sentem as mulheres, dentro de um ambiente prioritariamente masculino, como são suas condições de trabalho, seus desafios e crescimentos através de uma profissão ilegal e marginalizada. Para garantir a privacidade delas, alguns cuidados quanto às informações pessoais serão tomados nesse documento, afim de preservar a identidade dessas participantes. Ainda terei a intenção de trazer as intersecções que cruzam as vidas de nossas entrevistadas, seja o próprio gênero, raça ou classe, para nos auxiliar no entendimento dessas perspectivas particulares sobre essa condição de trabalho necessária, porém precarizada.

## 2. ASPECTOS DAS FRONTEIRAS

“Falar sobre o espaço é muito pouco, se não buscamos defini-lo à luz da história concreta. Falar simplesmente do espaço, sem oferecer categorias de análise é também insuficiente. Por isso nos pareceu oportuno distingui-lo da paisagem e da configuração territorial que, entretanto, compõem como elementos fundamentais do seu entendimento.” (SANTOS, 1998, p. 4)

A cidade de Foz do Iguaçu foi fundada em 1914, segundo o site oficial da cidade<sup>3</sup>. A partir de 1920 teve seu primeiro acesso com destino a Curitiba. Nessa época, segundo o professor Andrew Cesar de Góes (2022) em seu trabalho: O Que Encontramos Entre Paraguai e Brasil? Uma Análise Sob a Formação Histórica Das Fronteiras, a cidade era isolada e tinha como função comercial “a extração da madeira local e a exploração da erva-mate” (2022, p. 5). A partir dos anos 1960, a cidade passa a crescer e mudar economicamente pela criação de rodovias. Nesse mesmo momento, ele nos explica sobre a fundação de Ciudad del Este:

Ciudad del Este, há poucos anos tinha sido fundada e em homenagem ao ditador paraguaio que estava no poder no referido período, era chamada de Puerto Presidente Stroessner. A cidade paraguaia localizada na extremidade leste do país era símbolo do projeto [...] intitulado como “La marcha al Este”. Basicamente podemos defini-lo como um projeto expansionista do governo paraguaio para a colonização e ocupação de terras “inabitadas” em regiões longínquas como a fronteira com o Brasil. Pensando ainda na década de 1960, não se pode esquecer da inauguração da Ponte Internacional da Amizade no ano de 1965, que é simbólica em diversos sentidos (GOES, 2012, p.5)

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu nos anos 1970, Foz do Iguaçu passou por um significativo crescimento populacional, segundo o site oficial da prefeitura: “em 1960, o município contava com 28.080 habitantes e, em 1970, com 33.970, passando a ter, em 1980, 136.320 habitantes”<sup>4</sup>. Todo esse crescimento gerou também o interesse turístico, dando espaço para a fronteira entre Brasil e Paraguai se tornar um dos principais destino para fazer compras, como nos diz Góes:

A explosão demográfica refletiu-se também na explosão comercial. O

<sup>3</sup> Pode ser acessado pelo link:

<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/turismo/%3Bjsessionid%3De0c9fcafbe7052d4b8cf18db3262?idMenu=1694#:~:text=Em%2014%20de%20mar%C3%A7o%20de.do%20Igua%C3%A7u%22%2C%20em%201918.>

<sup>4</sup> HISTÓRIA DA CIDADE. Portal do turismo de Foz do Iguaçu. Disponível em

<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/turismo/%3Bjsessionid%3De0c9fcafbe7052d4b8cf18db3262?idMenu=1694#:~:text=Em%2014%20de%20mar%C3%A7o%20de.do%20Igua%C3%A7u%22%2C%20em%201918.>> acessado em: 15/05/2023



turismo comercial começou a atrair pessoas que costumavam sair de lugares como São Paulo e vinham para Foz apenas para cruzar a Ponte da Amizade, fazer compras no Paraguai e levar as mercadorias novamente para os grandes centros urbanos brasileiros e por fim revendê-las. Este movimento, de certa forma gerado como efeito colateral da construção de Itaipu, atraiu muitos comerciantes à Ciudad del Este, que passou a ser internacionalmente conhecida como um paraíso para compras de produtos que muitas vezes nem sequer existiam no Brasil (2012, p.6)

Outro exemplo de que essa região se tornou um polo importante para compras, são os dados apontados no site oficial da Receita Federal:

Em 2021, com a atuação de Analistas-Tributários da RFB, as apreensões de veículos e mercadorias contabilizadas pela Alfândega da Receita Federal em Foz do Iguaçu/PR ultrapassaram R\$ 690 milhões. O valor representa aumento de 51% em relação ao ano anterior, quando foram apreendidos pouco mais de R\$ 404,6 milhões. As apreensões feitas em 2021 também superaram as realizadas em 2019, ano anterior à pandemia de Covid-19.<sup>5</sup>

Os dados quantitativos sobre o fluxo de mercadorias são quase inexistentes, então podemos nos basear nos dados de apreensões, levando em consideração que eles não significam o fluxo total ilegal, visto que muitas mercadorias conseguem chegar ao destino final sem serem presas, e também que, as instituições de segurança colocam como prioridade para apreensão certos tipos de mercadorias como drogas, armas, cigarros, e enfim, produtos que possam ser mais nocivos para a sociedade.

É importante que fique ilustrado aqui neste trabalho os mínimos detalhes dos procedimentos diários que as pesquisadas precisam lidar no cotidiano do seu percurso na fronteira, suas regras e leis para, então, nos aprofundarmos em vivências desses espaços. Esses processos diários funcionam da seguinte forma: a comerciante vai até o Paraguai, com suas compras encomendadas ou não, troca sua moeda nacional em dólar (são raras exceções quando o dólar vale menos que moedas da região), geralmente usando casas de câmbio na rua que conseguem comercializar o dólar a centavos a menos que as próprias lojas ou casas de câmbio com registro. Feito isso, vai até suas lojas de preferência e faz suas compras. Na volta para o Brasil, o que a legislação prevê é que todos declarem tudo que estão

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis em <https://sindireceita.org.br/noticias/aduana/151195-receita-federal-em-foz-do-iguacu-apreendeu-mais-de-r-690-milhoes-em-mercadorias-no-ano-de-2021#:~:text=Aduana-.Receita%20Federal%20em%20Foz%20do%20Igua%C3%A7u%20apreendeu%20mais%20de%20R,mercadorias%20no%20ano%20de%202021&text=Em%202021%2C%20com%20a%20atua%C3%A7%C3%A3o.PR%20ultrapassaram%20R%24%20690%20milh%C3%B5es> Acessado em 20/05/23

levando, se essa “cota”<sup>6</sup> for até 500 dólares por mês, a mercadoria é declarada e registrada sem a necessidade de pagar impostos, caso a cota seja maior que 500 dólares, é cobrado 50% do valor que está excedendo esses 500, ou seja, se o produto custou 2000 dólares, paga-se 50% de 1500 dólares. Cada indivíduo tem direito apenas de consumir 500 dólares por mês, caso já tenha usado esse limite, não se pode mais trazer nada do Paraguai para o Brasil até o mês seguinte.

Essas barreiras aduaneiras tem as chamadas de primeira instância, que é a barreira de saída do Paraguai para o Brasil, onde é dever do cidadão parar e declarar tudo que está levando, e qualquer outra fiscalização depois dessa, é chamada segunda instância. Na barreira de segunda instância, se você for parada você automaticamente perde tudo que não tiver nota fiscal. Essas fiscalizações são feitas pelas polícias: a federal, a BPFロン (Batalhão de Polícia de Fronteira), a Receita Federal e, algumas, vezes o Exército. Eles usam as bases de Polícia Rodoviárias ou criam comandos nas rotas mais usadas para o deslocamento dessas mercadorias. Também é importante dizer que essas rotas, além de serem de uso dos muambeiros, elas também são rotas dos turistas, dos moradores, do tráfico de drogas, do tráfico de armas ou dos cigarreiros– que também vinham do Paraguai. A rota mais usada por todos é sentido São Paulo e de lá se dispersam para diversos pontos, também são muito usadas rotas no sentido Curitiba ou Santa Catarina.

Para a entrada desses produtos de maneira regularizada, e com a nota fiscal brasileira, é previsto que essas regras sejam cumpridas. Contudo, o dia a dia é diferente, com a alta inflação que vivemos, e o dólar valendo na faixa dos 5 a 6 reais, o grande desafio é – e sempre foi – comprar esse produto e entregar na mão do seu cliente, sem pagar esses impostos, para ter algum lucro. Esse sempre foi o objetivo mesmo quando a inflação era baixa, porque além das diversas questões de instabilidades políticas e sociais que atravessam o Brasil e o Paraguai, a educação e a moralidade também são fortemente construídas por conceitos capitalistas que criam pessoas com o desejo de sempre ganhar o máximo que podem, a todo custo, e acreditam que se você se esforçar você consegue alcançar uma boa vida, que envolve prioritariamente as demandas materiais, aquela que é estruturada por uma renda mais alta possível. Sendo assim, a maior parte do mundo corre atrás de um objetivo muito similar, uma “paz” através da riqueza, e não é estranho ver como,

---

<sup>6</sup> Cota é um termo muito usado no cotidiano da muamba, todos os volumes são separados em 500 dólares ou mais e cada pessoa leva essa cota, que seria esse volume de mercadoria.

sempre que possível, as pessoas optam por negligenciarem leis ou regras em prol do seu acúmulo de capital.

A muamba foi uma ferramenta popular muito importante na ascensão econômica dessa região, com impactos importantes para ajudar na superação de diversos problemas sociais. Por exemplo, ela permitiu que nos anos 1990, mulheres ganhassem mais que seus maridos e serem as provedoras do lar, assim como é o caso da Jeni, umas das entrevistadas, cuja história conheceremos um pouco mais a frente. Permitiu diversas pessoas de classe baixa ganharem mais dinheiro que em seus empregos formais, permitiu às pessoas indígenas terem espaço no mercado de trabalho, visto que é um ambiente dominado pelas três línguas, português, espanhol e guarani. Essas conquistas financeiras são importantes de serem ressaltadas porque elas, além de garantirem um bem estar material que muitas das pessoas dessas classes nunca acessaram, também auxilia na mudança da estrutura social desigual onde só as mesmas pessoas controlam dinheiro e a força de trabalho. Essas conquistas começam a auxiliar na maneira como mulheres, negros, indígenas, serão lidos pela nossa sociedade capitalista, afinal, essa sempre respeita quem possui poder, seja financeiro ou influência, e primeiro o pobre precisa acessar o dinheiro para então a elite quem sabe aceitá-lo como alguém com valor.

Todos esses processos, leituras e ações ainda são heranças do colonialismo que mesmo tendo seu fim, a colonialidade veio como sua substituta para continuar moldando valores, saberes, relações de todos os âmbitos, podemos entender melhor pelo trecho abaixo:

A colonialidade é o resultado do colonialismo e se mantém viva no saber, na cultura, no senso-comum, na auto-imagem, no cotidiano, enfim, na experiência moderna do sistema-mundo colonial. A colonialidade não é simplesmente uma relação colonial entre duas nações, mas sim padrões de comportamento, de crenças, formas de relacionar o trabalho e a intersubjetividade que existem decorrentes de uma situação colonial pré-existente. A colonialidade não se esvaiu com o fim do colonialismo e a instauração da modernidade, enfim, permanece como base nas formas de pensar, nas preferências e comportamentos da sociedade moderna, mas, mais que isso, é a representação de que o pensamento colonial permanece nas obscuridades da modernidade. (TORRES, 2007, p.131)

Teoricamente e de maneira fria é esse o esqueleto dessas vivências que cruzam a Ponte da Amizade, mas, na realidade são diversos pontos que tornam esse espaço tão especial a ponto de merecer nosso olhar, descrição e sensibilidade. As invisibilidades nesse olhar burocrático descrito, que leva como base apenas as

leis e normas criadas por pessoas que não vivem nesse contexto, tornam esse ofício quase uma loucura para quem apenas lê essa realidade a partir dele. Então, a partir desse momento, vamos ter a função de desmistificar diversos pontos desse cotidiano que são invisíveis ao olhar externo e justamente são eles que compõem a história e importância da profissão nesta região.

Por fim, e para ilustrar melhor todo esse processo e a precariedade que o condiciona, que vamos começar a falar mais adiante, gostaria de trazer duas imagens: uma é referência quando se pensa a ponte da Amizade nos anos 1980 e, outra, que retrata a ponte em congestionamento, no ano de 2022:

**Imagem 1 – Ponte da amizade em 1980**



Fonte: G1 PARANÁ, 2022

**Imagem 2 – Ponte da Amizade em 2022**



Fonte: PORTAL DA CIDADE FOZ DO IGUAÇU, 2022.

Na primeira imagem, podemos observar diversos fatores que demonstram a exposição intensa às condições precárias que marcam o trânsito do trabalho da muamba, sendo pela superlotação de pessoas na ponte, seja pelas caixas que várias estão carregando, que em sua maioria eram compostas com itens pesados para serem carregados por longas distâncias a pé. A imagem retrata, enfim, os diversos riscos aos corpos que ali estão expostos, essa é a ilustração de algumas das muitas condições insalubres que as trabalhadoras compartilham. A segunda imagem parece ser um pouco mais normal aos olhos, mas ainda compartilha de diversos problemas, como as pessoas tendo que transitar longas distâncias ainda com peso, porém nas calçadas laterais, ou ficando horas no trânsito. As grades que podemos ver ao redor da ponte são para garantir a segurança dos transeuntes e é principalmente resultado dos muitos suicídios que ocorreram ali. Assim, as duas imagens representam bem parte da precariedade que caracteriza a vida das trabalhadoras da muamba. No tópico seguinte, vamos falar um pouco mais sobre o que significa essa precariedade em termos conceituais.



### 3. CONCEITOS PRINCIPAIS

Para a filósofa norte-americana Judith Butler (2018), somos corpos que já tem uma condição precária por depender obrigatoriamente de outras pessoas para existirmos, tanto as que conhecemos, quanto de toda a coletividade. Quando nascemos, por exemplo, dependemos dos outros para ter um alimento, de uma rede de apoio, já que não conseguimos produzir tudo que precisamos, e se não houverem outras pessoas não podemos sobreviver. Somos seres sociais, interdependentes e vulneráveis:

Não há vida sem as condições de vida que sustentam, de modo variável, a vida, e essas condições são predominantemente sociais, estabelecendo não a ontologia distinta da pessoa, mas a interdependência das pessoas, envolvendo relações sociais reproduzíveis e mantenedoras, assim como relações com o meio ambiente e com formas não humanas de vida, consideradas amplamente (BUTLER, 2018, p. 38)

Essa condição precária quando maximizada se torna a precariedade, e isso acontece em diversos níveis da vida, seja pela falta de acessos básicos como alimentos, saúde, um trabalho salubre, a segurança em relação às violências. A precariedade “designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferentemente expostas ao dano, à violência e à morte” (BUTLER, 2018, p 40). Quer dizer, tudo isso são os “combinados sociais” de uma vida harmônica e digna para todos, compromisso da instituição que coordena a sociedade, o Estado, e dos governos que o administram e tem a obrigação de garantir e fiscalizar qualquer instância ou pessoa que tente impedir ou influenciar negativamente esse bem estar coletivo.

Com a maior aceitação de ideias e políticas do neoliberalismo por parte do mundo, a autossuficiência moral, o individualismo e a meritocracia se tornam um problema nessa questão coletiva. O neoliberalismo incentiva uma mudança brusca na concepção do que se entende por responsabilidade, disseminando uma noção radicalmente individualista que defende que cada um é o total responsável por suas vidas, suas vitórias e derrotas, sem considerar os diversos fatores externos, os suportes sociais, que garantem o bem estar coletivo e transferindo, das mãos do Estado, responsabilidades básicas de manter uma sociedade equilibrada, para cada indivíduo. Quando um alguém vence “sozinho” e sai de uma posição social para

outra mais alta há uma comoção e esperança para entender que esse é o melhor caminho para uma vida melhor e se um outro alguém faz a mesma coisa e não consegue ascender socialmente, a ideologia neoliberal vai defender que ele não tentou o suficiente, mesmo que a quantidade de pessoas que ficam estáveis na mesma condição social de origem seja bem maior do que as que não ficam, o problema é o indivíduo e ele é o único responsável pelo que deu errado no trajeto, nenhum fator externo é levado em consideração. O neoliberalismo, ao defender a ideia de que a responsabilidade pela manutenção de uma vida digna é do indivíduo e não do Estado, favorece a maximização da precariedade para determinados grupos sociais, pois tira do Estado a obrigação de garantir suportes sociais para a população. E as populações que estão expostas nessa condição de precariedade têm corpos específicos, ela enquadra pessoas de grupos parecidos.

A muamba é uma profissão possível para quem vive em uma condição de precariedade, é um caminho que pessoas em condição de precariedade encontram para “ganhar a vida”. É uma alternativa digna de sobrevivência para aquelas pessoas que viram fechadas as portas para profissões formais, com salários dignos e direitos trabalhistas. O trabalho da muamba ocorre em condições precárias, ilegal e por isso sem qualquer direito trabalhista, ele coloca as trabalhadoras em situações em que podem ser presas, por contrabando e descaminho, em que podem pegar alguma doença, desde a falta de higiene dos banheiros de rua, que são os únicos disponíveis, até pela exposição extrema ao sol, que é uma realidade nesse trabalho, chegando até em condições extremas como mortes por acidentes de trânsito. Não é um acaso as pessoas que movimentam prioritariamente esses cotidianos serem fisicamente parecidas, negras ou indígenas, ou serem financeiramente parecidas, de classe média baixa ou baixa. Ou seja, não é por acaso que corpos específicos e que sofrem violências parecidas tenham “escolhido” sobreviver nessas mesmas condições. O enquadramento de certas populações à precariedade é um fato e a muamba se torna nosso exemplo disso.

Portanto, se todas as pessoas vivem em condições precárias por dependerem umas das outras, por dependerem de suportes sociais para viverem, algumas estão potencialmente mais expostas a terem a sua precariedade aumentada, existindo uma semelhança social, racial e de gênero e uma continuidade histórica entre as pessoas que vivem e não vivem essas situações, a ocupação de cada lugar acontece de forma esperada. O conceito de precariedade



de Judith Butler é fundamental para começar a pensar o trabalho da muamba, que em sua maioria é realizada por esses corpos precarizados, são indígenas, pessoas negras, mulheres brancas e negras, mas sobretudo pessoas pobres e racializadas que veem uma possibilidade nessa profissão, e o risco que correm estando nela também compõem sua intensa exposição a violências que já se tornaram naturalizadas.

As profissões da muamba, em qualquer parte de sua hierarquia, sofrem com a precariedade, porque além das características sociais que imprimem uma condição de subalternização àquelas que irão realizar esse trabalho, há ainda o estigma social que recai sobre essas profissões, tendo em vista que são pessoas fazendo algo considerado moralmente errado e ilegal para sobreviver. Então, em qualquer oportunidade, como quando a mercadoria é parada na aduana, ou quando é parada na estrada, ou simplesmente quando não concordam com essas atividades, é feito um interrogatório padrão sobre a moralidade e o trabalho correto com uma reflexão fixada a todo momento: “Que tipo de vida é essa que você quer?”. Esses acontecimentos não só verbalizados tem efeitos, eles inserem nas pessoas insegurança sobre seu trabalho e sobre si mesmas, as trabalhadoras vão compartilhando esse mesmo desconforto invisível e facilmente confundido com uma convicção pessoal. Essas trabalhadoras podem caminhar por não se sentirem vidas dignas do respeito, caírem na mentalidade neoliberal que citamos, se desumanizando. O adoecimento dessas pessoas que estão na muamba a partir de humilhações cotidianas como essas, além das diversas violências que rodeiam suas vidas apenas por nascerem nelas, acabam cada dia mais afetando essas pessoas, suas relações sociais, sua autoestima e sua autoconfiança.

A muamba e suas profissionais, assim como todas as outras profissões do mundo, está dentro do que o sociólogo peruano Aníbal Quijano e a filósofa argentina Maria Lugones explicam como a colonialidade do poder, esse agente que após a troca do sistema de poder para o capitalismo, vem dando suporte à dominação existente na época do colonialismo, como a racialização das pessoas, a divisão hierárquica e dicotômica do mundo entre primitivos e civilizados, brancos e negros, bem e mal, homem e mulher, mente e corpo, humanos e não humano, criando na colonização, através do racismo e do sexismo, uma hierarquia social, onde praticamente só homens brancos terão direito aos trabalhos formais e qualificados, colocando mulheres burguesas presas na ociosidade dos seus lares,

mulheres pobres e brancas em trabalhos desvalorizados e as mulheres negras sendo exploradas nos trabalhos mais árduos ou degradantes, sempre associadas a serviços como os que faziam na escravidão, como servir e limpar.

Freitas (2020, p. 208) nos explica que “ é a partir da colonização da América que o sistema capitalista se constitui mundialmente, operando a partir de uma forma específica de dominação e exploração”, essas formas de dominação classificam o mundo em uma forma dicotômica e hierárquica, colocando colonizadores e suas características físicas e culturais como o ideal e os colonizados e seus aspectos físicos e culturais como distantes da humanidade. Mesmo quando acaba a época da colonização, a lógica colonial permanece nas instituições sociais, na constituição eurocêntrica dos saberes, nas representações culturais dominantes. Quijano (2005) vai nomear essa forma de dominação de colonialidade do poder:

A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118).

É importante saber, quando estamos falando de mulheres pobres da América Latina, que muitas nem entram no conceito universal de mulher defendido pelo movimento feminista hegemônico, para entendermos melhor temos esse trecho de Maria Lugones no texto *Colonialidade e Gênero*: “esse feminismo fez sua luta, e suas formas de conhecer e teorizar, com a imagem de uma mulher frágil, fraca, tanto corporal como intelectualmente...” (2008, p. 25). Entendendo que a maioria das latinas não se enquadram nas pautas das mulheres de primeiro mundo, Lugones continua explicando como as mesmas se enquadram:

Apagando toda a história, inclusive a oral, da relação entre as mulheres brancas e não brancas, o feminismo hegemônico branco igualou mulher branca e mulher. Mas é evidente que as mulheres burguesas brancas, em todas as épocas da história, inclusive a contemporânea, sempre souberam

orientar-se lucidamente em uma organização da vida que as colocou em posições muito diferentes daquelas das mulheres trabalhadoras ou de cor. A luta das feministas brancas e da 'segunda liberação da mulher' nos anos 1970 em diante passou a ser uma luta contra as posições, os papéis, os estereótipos, traços e desejos impostos na subordinação das mulheres burguesas brancas. Elas não se ocuparam da opressão de gênero de mais ninguém. Conceberam 'a mulher' como um ser corpóreo e evidentemente branco, mas sem explicitar essa qualificação racial. (LUGONES, 2008, p. 28)

Neste trabalho entenderemos essa lógica descrita por Quijano em diálogo com Maria Lugones (2008) que pontua o gênero como outro eixo central nas formas de dominação dessa colonialidade. Conceito importante para entender as violências e desumanização que compõem o dia a dia de nossas entrevistadas, já que o feminismo universal não as contempla, para entendermos a colonialidade de gênero:

La interseccionalidad entre raza, clase, género y sexualidad con el objetivo de entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color, es decir, mujeres no blancas víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género. (Lugones, 2008, p.73)

Além disso tudo, e não por acaso, essas mulheres acabam exercendo uma profissão subalternizada e ilegal, na verdade todas as participantes dessa profissão que fazem e cuidam dos processos desde o início até a entrega final, são marcadas por intersecções de classe, raça e gênero que as colocam em posições subalternizadas. Iremos considerar o conceito de Interseccionalidade a partir das palavras da pesquisadora norte americana Kimberlé Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Tendo em vista esse panorama das trabalhadoras e da condição de precariedade que se encontram, mesmo que quisessem, nunca seriam bem vistas, já que pela própria hierarquia social não tem esse privilégio, e quando se pensa essa profissão a imagem que vem à cabeça é desses perfis de pessoas que se não estão exercendo o que socialmente é considerado desejado e legítimo, trabalhos formais, podem ser vistas como culpadas ou criminosas. É engraçada essa veracidade porque ninguém se comove quando uma pessoa perde sua mercadoria e



são determinantes na formação sócio-histórica em todas as sociedades e particularmente no Brasil. (GARCIA, 2012, p.136)

O movimento de tornar tudo que é ilegal algo invisível ou ruim só abafa diversos problemas e apaga diversos potenciais, visto que da ilegalidade nasceram diversos bens culturais populares brasileiros com suas importâncias indiscutíveis, sendo exemplos a capoeira, o samba ou o graffiti. A questão é que esse discurso que é feito em torno da muamba ser uma “vida errada” ou nem ser vida para se levar, apaga o tanto de vidas e de histórias que ela sustentou e ainda sustenta, ignorar a importância de ascensão social e econômica que ela possibilitou em uma região extrema do Paraná, é criar um conflito na maneira de lidar com esse cotidiano até mesmo entre as trabalhadoras, visto que as notícias boas só conhecem os que aqui vivem, as noticiadas em grandes canais só são as que comprometem a imagem das “muambas” e reforçam um estereótipo negativo sobre a profissão e suas profissionais. Essa mentalidade gera outras condições de risco e vulnerabilidade como adoecimentos, desvalorização, atitudes violentas, e se a profissional não tiver um senso crítico firme para entender que várias circunstâncias sociais e históricas a levaram a procurar a sobrevivência econômica através desse caminho, que não é bem visto, esses discursos estereotipados podem fazer com que essas mulheres assumam essa personagem excluindo outras características de suas subjetividades. É importante dizer tudo isso porque essas imagens que tanto reforçam na nossa mente de que mulheres que usam saia curta são promíscuas, que homens que são femininos são gays, também tem a sua versão para as muambeiras, e todas as pessoas que de alguma forma são atravessadas por esses dizeres podem aderir e se adoecer por essas ideias de tanto serem reforçadas e começar a performar as coisas que ela ouve dizerem sobre ela. Como vimos, a quebra desses suportes sociais de sustentação da vida é decisiva para esses corpos precários estarem nessas posições e Butler nos ajuda a repensar essas situações violentas recorrentes e que culpabilizam as trabalhadoras da muamba pelas condições precárias que vivenciam, podemos entender melhor essas situações pelo trecho:

Em nossa vulnerabilidade individual a uma precariedade que é socialmente induzida, cada “eu” vê potencialmente como o seu sentido particular de ansiedade e fracasso tem estado implicado todo o tempo em um mundo social mais amplo. Isso inicia a possibilidade de desconstruir essa forma de responsabilidade individualizadora e enlouquecedora em favor de um ethos de solidariedade que afirmaria a dependência mútua, a dependência de infraestruturas e de redes sociais viáveis, abrindo caminho para uma forma

de improvisação no processo de elaborar formas coletivas e institucionais de abordar a condição precária induzida. (BUTLER, 2018, p.19)

A precariedade é uma realidade que precisa ser compreendida e enfrentada como um problema coletivo de forma a se pressionar o poder público pela criação de ações políticas que garantam a segurança e a manutenção das condições de vida para todos. Esse trabalho visa contribuir nessa direção ao dar visibilidade aos desafios que as trabalhadoras da muamba enfrentam, dando espaço à perspectiva dessas profissionais e tornando suas narrativas mais uma forma de olhar para a região e para a profissão. Mesmo sendo óbvio para alguns e abstrato para outros, o machismo ainda está totalmente inserido na nossa sociedade e na forma como as mulheres precisam lidar com o mundo e consigo mesmas. Então só por estarem quebrando o “percurso natural” de serem cuidadoras do lar e de seus familiares, já gera uma estranheza, quando vemos uma mulher numa profissão arriscada e instável como essa, quebra aquela expectativa que todos criam sobre a fragilidade e delicadeza, a reação então para a leitura e tratamento das mesmas se vira rapidamente para o outro extremo, já que não cabem em uma leitura de senhoras do lar, se parecem mais com “mulheres da vida”, não é à toa que desde o tempo que a nossa entrevistada Jeni começou a trabalhar, anos 90, até hoje, as mulheres que são “laranja” “são todas biscates”.

O curioso é que essa violência machista, que não nos dá um pingão de espaço como trabalhadoras, como todas as outras pessoas, atinge todas as trabalhadoras da muamba, ainda que tenha uma “coloração” diferente de acordo com a função que cada uma exerce e que tem a ver com os recursos econômicos que possuem. Vou explicar cada uma dessas diferentes funções do trabalho da muamba: As “laranjas” são as pessoas sem investimentos financeiros que ficam “passando” as mercadorias na ponte ou na estrada. É posição mais baixa da hierarquia do trabalho da muamba. As “freteiras” trabalham com o dinheiro dos clientes e são lideranças, elas cuidam da logística das mercadorias, assim como da logística das laranjas. As “empresárias” fazem o movimento de seu próprio capital, cuidando de toda a logística, venda e mão de obra que usa de auxílio. Todas essas são tratadas pelo mesmo pensamento machista, mas quanto mais poder financeiro mais mascarado fica o discurso, afinal eles precisam dessas mulheres comprando, por isso, as laranjas são as que ouvem as verdadeiras leituras das pessoas naquele ambiente de trabalho, afinal eles as veem como peças totalmente substituíveis, por

esse mesmo motivo muitas, para se assegurarem em seus postos, precisam realmente usar o corpo como garantia, estabelecer mais uma funcionalidade em sua presença, para não ser simplesmente trocada, sendo namorando alguns homens, saindo com outros, enfim, garantindo através de seu corpo “segurança” no seu trabalho. Essas mulheres, mesmo que por décadas estejam resistindo nessa profissão, ainda são dadas, em algumas situações, como frágeis demais ou incapazes, como por exemplo andar com peso por distâncias longas, mesmo que elas façam, esse senso comum sobre os “limites” e o “ser mulher” são determinantes para serem vistas como corpos substituíveis e então normalizarem diversos abusos, como eu mesma vivi enquanto laranja, como “elogios” excessivos, mãos encostando em você sem qualquer consentimento, até situações mais extremas que outras mulheres chegavam de realmente terem relações sexuais para não se sentirem tão inseguras no seu ganha pão.

Então, basicamente, iremos pensar esses dois exemplos de vivências que ouvimos, Jeni e Dayane, e todas essas condições diárias citadas acima adjunto com outras dificuldades por elas encontradas, entendendo suas condições históricas para viverem esses cotidianos marcados pelo machismo, pela colonialidade e pelo racismo que são norteadores dessa precariedade que as envolvem.

#### 4. A PESQUISA

Bom, nossa pesquisa se propõe a enxergar esse trabalho que acontece no trânsito da muamba entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este a partir das experiências de Jeni e Dayane (e em alguma medida, a minha própria) e irá, neste capítulo, fazer dialogar e entender os conceitos e ideias tratados anteriormente aplicados nesses cotidianos. Essas entrevistas foram possíveis pela relação de confiança que estabeleci com as entrevistadas, já que é um tema impossível de se comunicar com alguém que você não conheça, pelos riscos que oferece a sua estabilidade profissional, a sua identidade e suas informações. A Dayane e a Jeni não se conhecem, cada entrevista foi na casa de cada uma, a escolha do local foi feita pelas mesmas, a entrevista com a Dayane ocorreu no 26 de abril de 2022 e a da Jeni no dia 29 de abril de 2022 e as duas entrevistas duraram pouco mais de uma hora. Eu conheci a Dayane através de seu falecido marido, que foi quem iniciou os trabalhos com a muamba e eu era laranja dele, levava as mercadorias até São Paulo e desde então tivemos contato. A Jeni, nessa época que eu trabalhava de laranja, praticava Muay Thai, uma arte marcial da Tailândia, no mesmo lugar que eu, então trocamos muita informação de trabalho e nos aproximamos.

Nossas entrevistas foram realizadas a partir de um questionário norteador, que conduzisse a fala pelo tema que nos interessa com o objetivo de uma fala abrangente e um tom de conversa que deixasse as entrevistadas mais a vontade em percorrer suas experiências sem a necessidade de linearidade no tempo, na expectativa que elas usem as prioridades de suas lembranças para elencar seus discursos e abrir suas reflexões diversas sobre o espaço, pois talvez com perguntas pontuais suas mentes estariam mais confortáveis em pensar apenas o perguntado e nesse trabalho o que muito nos interessa são as lembranças e reflexões que para elas são pertinentes sobre o seus contextos de trabalho, mas sem deixar de passar pelos pontos que elencados para serem tocados durante essas conversas.

Entrevistei primeiro a Dayane. Ela tem 27 anos, se identifica como mulher negra, começou a trabalhar em dezembro de 2021 no ramo da muamba, sua história é uma ruptura brusca entre o papel de cuidadora do lar para a provedora do sustento da família. Ela tinha um relacionamento de 12 anos com José, com quem tem uma filha de quatro anos. José sustentou sua família a partir da muamba,



começando a ter contato com as mercadorias em São Paulo, quando começou a vender na Santa Efigênia sendo funcionário de outras pessoas, no ano de 2011, começou sua jornada sozinho. Ele levava os produtos de Foz do Iguaçu para São Paulo, e nesse percurso, conseguiu se levantar com diversos empréstimos, muito trabalho e o amparo familiar provido pela Dayane. Essa jornada foi tristemente interrompida em dezembro de 2021, quando após uma queda de moto, José morreu, deixando dívidas, bens, uma filha e, além disso, uma bagagem emocional para a esposa administrar. Dayane, uma semana depois do acidente do marido, teve que entender que estava viúva, terminar de arrumar sua casa, pois ela havia chegado em Foz do Iguaçu havia um mês, aprender a trabalhar, pagar as dívidas do José e da casa, receber os saldos dele, fechar sua loja e cuidar de uma criança. A rede de apoio foi toda masculina, pois o ciclo de compra e venda era todo composto por homens. José e Dayane foram um casal vindo da periferia do lado oeste de São Paulo e emanciparam financeiramente sua vida a partir da muamba, criaram empregos, inserindo amigos da sua região natal no trabalho da muamba, ensinando para eles seus conhecimentos.

Dayane enxerga que, por ser mulher, nem todos estão dispostos a ajudar e considera o assédio sexual o maior desafio em seu trabalho, apesar de precisar conviver com ele. O abuso fica mais nítido quando percebe que com frequência as mesmas lojas em que comprou vendem por valores menores os mesmos produtos para seus companheiros de profissão em vendas realizadas nas mesmas condições. O que muda é a expectativa nas relações: quando a Dayane vai comprar os vendedores veem no seu corpo mais oportunidades de tirarem vantagem com mais facilidade, já que se ela quiser descontos e benefícios na venda teria que ser “agradável” com eles, assim como falamos sobre as laranjas acima, é algo naturalizado essa mentalidade de dominação sobre corpos femininos que por ali andam sozinhas. Mas basta ter qualquer homem ao seu lado que esse limite de respeito não é rompido, sendo então as mulheres respeitadas apenas quando tem um homem do seu lado.

A Dayane apesar de todas as dificuldades em relação a gênero e raça, consegue se manter com seu trabalho de muamba, pagar aluguel e contas da casa, consegue trabalhar sem sua filha apenas quando ela está na escola, no resto do tempo cumpre com as atividades da muamba, levar seus laranjas na rodoviária, passar mercadorias na ponte da amizade, e também com atividades da

maternidade, levar e buscar da escola, prestar atenção no desempenho escolar, alimentação, higiene e todos os cuidados relacionados ao bem estar da criança, visto que, não tem rede de apoio aqui e nem uma babá ou empregada para cuidados da casa. Apesar de tudo acredita que recebe melhor do que conseguiria em outros empregos formais, além de ter flexibilidade para cuidar da sua filha. Por esses motivos e sensação de liberdade que tem a partir desse trabalho sua expectativa é de continuar assim enquanto puder, expandir seu negócio, assim como o José vinha fazendo, vê seu futuro e estabilidade a partir desse caminho que está traçando, mesmo com todas as dificuldades, ela se sente bem com seu cotidiano, não enxerga uma opção melhor de trabalho que a contemplaria em questão de renda, tempo e autonomia. Além disso, acha o seu dia a dia de compras no Paraguai também muito divertido, ver produtos novos, aprende diariamente sobre as evoluções tecnológicas que em sua maioria chegam primeiro lá, convive com pessoas diferentes. No geral é um trabalho, segundo ela mesma, tranquilo de se fazer.

Nossa outra entrevistada é a Jeni. Ela tem 54 anos, se reconhece como filha de indígenas e começou a trabalhar com 27 anos de idade como laranja através de sua prima. No início, seu marido não a deixava ir sozinha, então mandava seu irmão a acompanhar pois, como Jeni mesmo citou: “toda laranja tinha fama de biscate”, e ela era uma mulher casada com um filho, essa situação certamente só foi aceita pela condição financeira dos dois. Depois de muitos anos largou da tutela de seu cunhado, mas sempre se sentiu uma mulher livre e dona de suas próprias decisões, a muamba em certa parte empoderou mais ainda esses sentimentos em Jeni, visto que a mesma não terminou seus estudos, mas se tornou uma empresária. Jeni começou incluindo whisky nas cotas que levava até São Paulo, começou com mais ou menos 100 dólares, que nos anos 90 era equivalente a 100 reais. Construiu sua casa e depois mais uma para ter de aluguel, além de ganhar muito mais que seu marido, que recebia um salário mínimo de R\$70,00 enquanto ela recebia 1500 reais. Trabalhou grávida, depois com seus filhos juntos, que efetivamente já com seus 12 anos passaram a trabalhar. Vê como principais problemas da sua profissão o tempo de duração de cada jornada de trabalho, as distâncias percorridas, a falta de alimentação e acesso às necessidades básicas, sendo mais urgentes questões sanitárias, desde higiene até banheiros nos locais frequentados. Mesmo

antigamente recebendo mais dinheiro, ainda prefere o trabalho hoje, porque antes via que as laranjas eram muito humilhadas por todos que conviviam no Paraguai.

A Jeni atualmente é realizada em sua vida pessoal e profissional, tem seus horários mais estabilizados – seja de trabalhos e de lazer – até por já ser um processo que faz a muitos anos, é satisfeita com a renda que vem dele. Tem suas casas de aluguel compradas através da muamba como renda extra, além de seus outros bens que tornam mais confortáveis sua vida. Sua maior realização é a vitória profissional e educacional de seus filhos, que também foram financiados por seu trabalho na muamba, seu filho é funcionário público, e sua filha ocupa um alto cargo no ramo da hotelaria em uma empresa cinco estrelas. Hoje ela sente que pode desfrutar de diversos desejos materiais e tem tempo para si mesma e para sua família.

Tendo em vista esses panoramas, podemos ver nessas realidades dois exemplos antagônicos de subjetividades que compõem a profissão e que perpassam por objetivos e sentimentos bem similares. O principal dos objetivos é o acesso a formas de consumo e lugares sociais antes inatingíveis, mas que se tornam possíveis através da muamba. Por exemplo, a Jeni conseguir viver de renda de aluguéis e ter uma casa com todos os confortos que imaginou, adjunto com seu maior sonho: os dois filhos formados na universidade. Segundo ela mesma, nunca seria possível alcançar essas realizações pessoais e profissionais com seu antigo emprego de atendente, já que mandaram ela embora quando souberam que ela estava grávida.

Então, o primeiro ponto crucial a ser exaltado é uma ascensão econômica na sua família que foi impulsionado por ela própria, com seu trabalho como muambeira. Mas, as violências que sofreu para chegar onde queria foram grandes, por exemplo, ser assediada verbalmente em seu trabalho, não ser respeitada por ser laranja e ver recorrência nesse tratamento com todos dessa classe, ficar trabalhando mais de quatro dias seguidos sem direitos básicos como um banho, ter conversas humilhantes com a polícia para não perder suas mercadorias, ficar horas sem poder ir no banheiro seja no Paraguai, por falta de estrutura, seja nos ônibus em que levava as muambas (porque antigamente a parte da frente dos ônibus não tinha cadeiras para poder ter mais espaço e caber mais caixas de cigarros, então as caixas ali colocadas impediam a passagem, deixando as pessoas lá trás sem passagem para o banheiro), ficar horas sem comer direito ou beber água, enfim,

diversas condições que nem a boa quantia em dinheiro que ela ganhava nessa época a faz querer viver como era antigamente. Ela e a Dayane têm essas condições financeiras e vitórias em acessar um padrão de consumo muito melhor do que tinham antes por conta da muamba, são exemplos que desfrutam dessa “nova classe média” como afirma Mangabeira Unger:

Um dos acontecimentos mais importantes no Brasil das últimas décadas é o surgimento, ao lado da classe média tradicional, de uma segunda classe média. Morena, vinda de baixo, refratária a sentir-se um pedaço do Atlântico norte desgarrado no Atlântico sul, essa nova classe média compõe-se de milhões de pessoas que lutam para abrir ou para manter pequenos empreendimentos ou para avançar dentro de empresas constituídas, que estudam à noite, que se filiam a novas igrejas e a novas associações, e que empunham uma cultura de autoajuda e de iniciativa. Quase desconhecida das elites do poder, do dinheiro e da cultura, já estão no comando do imaginário popular. Representam o horizonte que a maioria de nosso povo quer seguir. (UNGER, 2010, p. 9)

Por consequência de suas histórias, suas cores e traços, suas condições enquanto mulheres e mães racializadas, elas e muitas outras vivem sob as diversas violências produzidas pela precariedade. Compõem o espaço descrito por Butler, de precariedade, sendo corpos que não importam, que não são consideradas vidas reconhecidas como plenamente humanas, que quando morrem ou são assassinados já é tão comum que não despertem comoção social. Também, como vimos, Lugones ao apontar o conceito de colonialidade de gênero nos ajuda a entender que os corpos atingidos pelos efeitos dessa lógica colonial são menosprezados, mas tentam se encaixar no perfil de pessoas que são vidas que importam. É aí que entra a diferença entre as nossas entrevistadas, sendo ela motivada pela diferença de idade e pela diferença de acessos em seus processos de formação pessoal à conscientização de sua condição política. Dayane foi criada em um centro urbano, em meio a um momento histórico do Brasil quando houve um maior incentivo à cultura e à diversidade e por isso pôde ter acesso às discussões políticas sobre desigualdades de classe, gênero e raça e pôde se entender como parte de um grupo social subalternizado. Esse momento que a Dayane teve como formação não ocorreu apenas através da escola, mas da rua, era um período em que ela podia acompanhar shows abertos na rua, eventos abertos promovidos por diversas instituições governamentais ou por editais municipais. Sobretudo, esse acesso acontece através da música reggae, quando o José começa a colecionar discos de reggae, criar seu próprio sistema de som, o Radiola Jah is Love, significa, Radiola

Jah (Jah é a entidade similar a Deus para a religião Rastafari<sup>9</sup>) É Amor, o principal intuito desse movimento que José fez, é levar a música de forma gratuita para as periferias e centro, colocando as caixas na rua, na maior parte das vezes cobrindo os gastos de deslocamento e equipamentos com seu dinheiro, com o intuito de garantir momentos de lazer, levando ideias de consciência de classe, gênero e raça para a comunidade pobre através da música reggae.

Jeni teve seu processo de amadurecimento no interior do Paraná, durante um momento cultural que poucas histórias étnicas tinham protagonismo, a escola não era tão acessível como no tempo da Dayane, além de serem militares<sup>10</sup>, e por isso não abertas a esse tipo de debate. Jeni e Dayane são duas mulheres racializadas que vivem e entendem essas violências de maneira diferente, já que se enxergam de forma diferente, a partir de como aprenderam a se enxergar e ver o mundo. Dayane se considera como mulher negra, entende os processos de escravidão que ocorreram no Brasil, reconhece o racismo no seu dia a dia, considera como seus acessos influenciaram na reflexão e conhecimento sobre a história do seu povo e se preocupa em suas condutas nesse ambiente da muamba pensando no seu gênero e seu pertencimento racial. Jeni reconhece ser filha de indígenas e, mesmo com todos seus traços fenotípicos, não se reconhece etnicamente em suas falas, entende sua classe social e sua história de superação, mas sempre associando sua trajetória à meritocracia, não faz muitas reflexões sobre como vê sua posição racial no mundo, seja branca, preta ou amarela, não fala sobre a diferença étnica no dia a dia, apenas sobre o gênero. Uma delas vive um processo de reconhecimento de si mesma, nos diversos aspectos estéticos ou estruturais em uma busca de alternativas para conviver e resistir a essas violências racistas, sexistas e classistas do poder, e outra vive um processo de branqueamento, que norteia muitas pessoas em sua faixa etária, normalizando o ato de não se reconhecer racialmente, sem sentir falta de questionar os padrões de beleza, visto que valoriza bastante a cor branca de seu marido durante nossas conversas, assim como seus olhos claros.

---

<sup>9</sup> A maior parte dos artistas da música reggae se identifica a partir de representações religiosas do Rastafari, que surgiu na Jamaica em 1930.

<sup>10</sup> Jeni nasceu durante a Ditadura Militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985, e foi um período conhecido por extrema repressão a qualquer ideia, reunião ou espaço crítico às relações de poder, visto como um perigo ao governo militar.

Temos essas duas experiências para ver como são entendidas pessoas que vivem cotidianos muito parecidos, de precariedade, mas os enxergam com pesos diferentes, tendo em conta suas trajetórias e acessos, como se enxergam neles de maneiras distintas e contribuem, uma delas para sua mudança, e outra acaba por reproduzir o padrão, mesmo que inconscientemente. Claro que a Dayane não pode fazer tudo que deseja para a mudança e em muitas coisas tem que apenas resistir e conviver. E a Jeni, dentro das condições sociais e das informações que possui, faz o que consegue para realizar mudanças cruciais contra as violências que percebe. Porém, outras lógicas de violências tão sutis e naturalizadas por esse ambiente da fronteira que acabam apenas por se reproduzir e não só por ela, mas por muitas outras que não conhecem outros parâmetros, evidenciando como a não democratização da educação formal crítica e de qualidade e a ausência de espaços de atuação e formação de movimentos sociais antirracistas, anticapitalistas e feministas podem contribuir para a reprodução da precariedade que marcam a vida dessas mulheres, já que nada do que não temos consciência sequer temos a escolha e possibilidade de mudar.

Não adianta pensarmos que o trabalho formal é a solução para problemas como os que essas mulheres têm, pois ele é quase tão precário quanto os ilegais. Podemos perceber por diversas condições desumanas maximizadas, pelos salários serem insuficientes para viver bem – o salário mínimo no ano de 2023 está em R\$1320,00, sendo que segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômicos seria necessário para viver bem um salário mínimo de R\$ 6.676,11- os horários de 8 horas por dia em escala de trabalho de seis dias para um dia de descanso, gera a longo prazo uma privação para tempo de lazer dessas pessoas, normalmente sendo o dia de descanso um dia da semana em que há poucas ou nenhuma atividade recreativa para pessoa aproveitar em sua folga. Enfim, a questão do trabalho vem sendo um grande desafio para a população, porque ao mesmo tempo que esses trabalhos formais são impossíveis de ocupar, por não trazerem condições para uma condição de vida digna, o pensamento neoliberal tem conduzido o Estado, como nos dizem Eliza Borges e Lorena de Freitas:

Incluem-se também a privatização das empresas públicas, a desregulamentação da CLT, o ataque aos movimentos populares, sobretudo o sindical, dentre outras características. O Estado brasileiro passa a ser

pensado a partir do mundo dos interesses privados, adaptando-se às novas exigências do capital conjugado com discursos e práticas autoritárias. (BORGES, FREITAS, 2022)

Torna-se conflituoso o cenário de opções do trabalhador, a mais confortável para ele, que lhe garante direitos, está sendo aos poucos desmontada, sendo pouco atrativa financeiramente e inviável em questões do dia a dia para pessoas como a Dayane, que não teria com quem deixar sua filha tanto tempo. Depois, os trabalhos informais que lhe dão a sensação de liberdade para ter um salário maior a depender apenas do seu esforço, como os motoristas de aplicativos que podem fazer e trabalhar o quanto precisarem. Por isso não é de se espantar que dentre esse mercado tão excludente e desumano, as pessoas optem por trabalhar na muamba.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar, então, como as violências estruturais moldam diretamente as condições de vida e trabalhos das nossas entrevistadas, já tendo em mente que são mulheres racializadas que, apesar de muita luta para adquirir sua emancipação financeira, ainda ocupam lugares subalternizados, lugares que, mesmo que fora dos trabalhos de cuidados ou de limpeza, historicamente ocupados por mulheres como elas, ainda assim são formas de trabalhos precários, dentro do que o capitalismo colonial destina para mulheres pobres e racializadas. Para conseguir sobreviver, elas precisam se dedicar a atividades profissionais ilícitas, arriscadas, sem qualquer tipo de direito, que só as vidas que “não importam” se propõem a desempenhar.

Então, como vimos neste trabalho, a hierarquia social que se forma a partir da colonialidade gera condições precárias para determinadas populações como as que podemos perceber pelos relatos das entrevistadas. Claro que houve possibilidades positivas de ascensão social para elas através dessa profissão, mas ainda assim segue o curso da colonialidade do poder, tendo em vista todo o risco e condições desiguais que estão inseridas e convivendo dia a dia.

Esse trabalho imagina transmitir os anseios, sentimentos, vivências em escala micro relacionada com as influências sociais em escala macro, para finalmente tirar um pouco do peso dos fracassos e prejuízos das costas das próprias trabalhadoras. A intenção é apresentar um pouco das suas vivências e transmitir as maneiras que as trabalhadoras atuais, com mil jornadas ao mesmo tempo, se reinventam para conquistar o sonho do conforto e sobreviver ao mesmo tempo. A intenção é também tentar valorizar a complexidade da vida de cada uma delas, mas sem deixar de olhar as problemáticas que são enfrentadas para poderem viver suas próprias expressões e principalmente, valorizar a coragem das participantes dessa profissão de batalhar diariamente nesse ambiente tão instável em condições de tanta vulnerabilidade.

Desse trabalho é importante levar também a dimensão da perseverança que é criada nas pessoas para “vencerem na vida”, ou seja, atingir a riqueza. Essa perseverança se mostra no cotidiano árduo por não terem os acessos básicos em seus trabalhos e como a chamada “nova escravidão” está presente em todas as áreas de trabalhos. Esse documento serve para refletir como muitas formas de



trabalhos registrados não são uma segurança e uma alternativa para muitas dessas mulheres, são excludentes, pois fazem jornadas impossíveis de, por exemplo, uma mãe solteira conciliar com seus outros afazeres. Pagam salários baixos que não garantem o sustento de uma vida digna, com jornadas longas e extenuantes que impossibilitam qualquer indivíduo desenvolver outra tarefa de seu agrado, não possibilitando momentos de descanso, lazer e sociabilidade, massacrando as subjetividades, a criatividade das trabalhadoras, gerando pessoas que vivem apenas para trabalhar, mas sem ver a vida melhorar. Mesmo assim, resta no imaginário de todos, esse sonho, já denunciado pelos Racionais MCs nos anos 2000, que essa boa vida viria através dele:

Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo  
Quando pivete, meu sonho era ser jogador de futebol  
Vai vendo!  
Mas o sistema limita nossa vida de tal forma  
E tive que fazer minha escolha, sonhar ou sobreviver  
Os anos se passaram e eu fui me esquivando do círculo vicioso  
Porém o capitalismo me obrigou a ser bem sucedido  
Acredito que o sonho de todo pobre, é ser rico  
Em busca do meu sonho de consumo...  
(Racionais MCs, 2002, A vida é desafio)

## REFERÊNCIAS

BORGES, Elisa de Campos; FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. **O neoliberalismo e os limites da atuação coletiva na pandemia de Covid-19 no Brasil**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 162-182, mai./ago. 2022.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266p.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas 1, p.171-189, 2002.

DOS SANTOS, Renato Emerson. **Questões urbanas e racismo**. ABPN, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

FREIRE, Paulo. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, 1.

FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. **Desumanização, reconhecimento e resistência na América Latina e Caribe: uma articulação entre a teoria da precariedade de Judith Butler e o feminismo decolonial de María Lugones**. Revista Debates Insubmissos, Caruaru, PE. Brasil, Ano, 3.

DICKER, Leonardo. **Percepção de valor em sistemas de informação orientados para o pequeno e médio varejo brasileiro**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade FUMEC, Belo Horizonte.

GOES, Andrew Cesar, et al. **O que Encontramos entre Paraguai e Brasil? Uma Análise sob a Formação Histórica das Fronteiras**. 2022.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa. Bogotá – Colombia, n. 9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008A.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género: hacia un feminismo decolonial**. Mignolo, W.(Comp.). *Género y Decolonialidad*. Argentina: Ed. del Siglo, 2008B.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.

QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”**.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.  
SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 1988.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TORRES, Nelson Maldonado. “**Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**”. 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Outros números do Informe Rural ETENE: ANO, 2009, 3: 25.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Prefácio**. In: SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.